



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001016-98.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**
 Embargante: **Krossover Comércio de Suplementos Alimentares Ltda**
 Embargado: **ADS laboratório Nutricional Ltda EPP**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A embargante Krossover Comércio de Suplementos Alimentares Ltda. opôs os presentes embargos à execução que lhe promove a embargada ADS laboratório Nutricional Ltda EPP, alegando que o título executivo extrajudicial é inexigível porque os produtos entregues pela embargada não condiziam com as expectativas de qualidade que a marca sempre demonstrou prezar, tendo em vista que a grande maioria dos lotes apresentava conteúdo diverso do alegado na embalagem, especialmente nos quesitos de índices de carboidrato e proteínas, ou seja, os produtos apresentavam vícios e diferenças de qualidade, de modo que aquilo que era apresentado como componente do produto vendido não era, de fato, a realidade. Alega excesso de execução. Apresenta demonstrativo de débito do valor que entende devido.

Os embargos não foram recebidos no efeito suspensivo (folhas 172).

Agravo de instrumento de folhas 174/178.

O agravo não recebido no efeito suspensivo (folhas 200).

A embargada, em impugnação de folhas 206/216, requer a rejeição dos embargos porque a embargante não instruiu a contestação com a análise técnica que demonstrasse o vício alegado. Sustenta que os produtos foram entregues em 2013 e depois de mais de um ano vem a juízo alegar vício do produto, o que não comporta acolhimento.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sustenta que, dada à exígua diferença de valores em relação ao cálculo apresentado pela embargada nos autos da execução, concorda com o cálculo apresentado pela embargante, desde que seja acrescido de juros de mora, correção monetária e honorários advocatícios, além do reembolso pelas custas processuais, até o efetivo pagamento do valor devido. Requer a condenação da embargante por litigância de má-fé.

Réplica de folhas 222/230.

Acórdão de folhas 242/245 negou provimento ao recurso.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide porque impertinente a prova oral ou pericial, tratando-se de matéria de direito que deve ser comprovada documentalmente (CPC, artigo 396).

Os embargos não comportam acolhimento.

Sustenta a embargante que o título executivo extrajudicial não é exigível, tendo em vista que os produtos entregues não condiziam com as expectativas de qualidade que a marca sempre demonstrou prezar, uma vez que a maioria dos lotes apresentava conteúdo diverso do alegado na embalagem, especialmente no quesito de índices de carboidratos e proteínas, ou seja, os produtos apresentavam vícios e diferenças de qualidade, de modo que, aquilo que era apresentado como componente do produto vendido não era, de fato, a realidade.

Todavia, a embargante não trouxe qualquer documento como início de prova apto a demonstrar a veracidade de suas alegações. Para se saber se os produtos apresentavam divergência em sua composição, a embargante deveria ter providenciado uma análise química quantitativa, não sendo possível afirmar, a olho nu, qualquer alteração



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

entre os componentes indicados no rótulo e os realmente existentes no interior da embalagem. Ademais, a compra foi efetuada nos três últimos meses do ano de 2013 e só após a citação, com o oferecimento dos embargos em fevereiro de 2015, vem a juízo alegar vício do produto.

Assim, não acolho a tese de vício do produto alegada pela embargante.

Por outro lado, a tese de excesso de execução perdeu seu objeto, na medida em que a embargada optou por acolher o cálculo apresentado pela embargante, já que a diferença se trata de quantia ínfima.

Por fim, rejeito o pedido de condenação da embargante por litigância de má-fé porque não vislumbrei dolo processual.

Diante do exposto, rejeito os embargos, com resolução do mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a embargante no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor atribuído à causa, ante a ausência de complexidade, com atualização monetária desde o ajuizamento e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta.

Prossiga-se nos autos da execução.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de agosto de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**